

**PRESSÕES COMPETITIVAS E DECISÕES
DE INVESTIMENTO EM STEINDL**

Luiz Alberto Miranda*

A argumentação de Steindl a respeito do caráter endógeno de sua teoria do investimento contém alguns elementos peculiares que é conveniente assinalar. Antes, porém, vale lembrar que, para ele: (1) a acumulação interna das firmas progressistas é o mais importante incentivo ao investimento¹; (2) as firmas sempre investem prioritariamente em sua própria indústria²; e (3) a taxa de crescimento do mercado é dada para a indústria como um todo³. Assim, tanto no setor concorrencial quanto no olifopolista, o incentivo ao investimento decorre das mesmas razões (com a acumulação interna em destaque); o locus privilegiado do investimento é, em cada caso, uma estrutura de mercado⁴ embrionariamente definida (que insinua a unificação de produto e demanda, por um lado, e produção e oferta, por outro), e suas possibilidades de efetivação decorrem das expectativas a respeito dos efeitos que, em cada padrão de concorrência, a condicionalidade estabelecida pela expansão do mercado provocará sobre as margens de lucro⁵ das empresas progressistas, através ou da expansão da capacidade produtiva, ou da eliminação de firmas marginais, ou da variação do grau de utilização da capacidade instalada. Estes elementos já estão claramente delineados ao início do "maturidade e Estagnação", em seu Capítulo II, quando Steindl se indaga como ocorre o ajuste da oferta face a variações da demanda. Logo ele mesmo responde, dizendo que "na análise tradicional isso acontece pelo ingresso e pela saída de concorrentes; esse mecanismo pode ser eficaz sob certas condições, (porém muitas vezes pode não funcionar), e neste caso um ajustamento das condições da oferta aos desvios na demanda só é obtido com o aceleramento ou desaceleramento do ritmo de investimento por parte das firmas existentes na indústria, e, se necessário, pelo desinvestimento. Esse tipo de ajuste não precisa ser bem sucedido no estabelecimento de um 'equilíbrio' ou da capacidade excedente planejada, (mas, mais importante, supondo) que se pudesse obter desse modo um equilíbrio para uma única indústria, isso não significa que o equilíbrio possa ser obtido na economia como um todo. O tipo de ajustamento suposto, caso fosse realizado por muitas indústrias, reagiria sobre a demanda, o que poderia tornar impossível a obtenção do equilíbrio. O grau de utilização realmente alcançado a longo prazo, devemos

(*) Professor do departamento de Economia/UFRGS e Doutorando na UNICAMP

concluir, não constitui uma indicação segura do nível de utilização planejada"⁶. Ou seja, em Steindl o comportamento do investimento é resultado das condições concretas da concorrência, numa dimensão conceitual que a projeta além de sua configuração tradicional, expressa nas diferentes teorias de preços e teorias da firma. Sua análise do investimento a partir das pressões competitivas propicia, à diferença desses corpos teóricos, a possibilidade de uma articulação dinâmica entre os níveis micro e macroeconômico, na qual a firma, o mercado (a indústria) e a economia como um todo se relacionam através de mecanismos recíprocos de determinação e causalidade⁷ que estruturam a concorrência "como parte integrante inseparável do movimento global de acumulação de capital"⁸, ao qual imprime um conteúdo histórico específico; tais interrelações, já fortemente sugeridas no longo trecho de Steindl citado acima, encontram-se mais desenvolvidas ao longo de seu "maturidade e Estagnação". Em especial nos Capítulos IX e X, elas apontam para a tendência à perda de dinamismo do capitalismo maduro; assim, p. ex., mesmo "o estímulo ao investimento devido a certo aumento na taxa de lucro no setor oligopolista será muito pequeno. O efeito desencorajador sobre o investimento devido à redução correspondente na taxa de lucro no setor concorrencial não é, por outro lado, insignificante"⁹.

Os efeitos mais imediatos da concorrência - as pressões competitivas - negam, contraditória mas eficazmente, a própria estrutura concorrencial no interior da qual se desenvolvem, e desta negação resulta a tendência à concentração relativa e à concentração absoluta nessa estrutura (mas também na oligopolista, sob determinadas condições¹⁰): no longo prazo esta tendência coloca a questão da relação entre a emergência da estrutura oligopolista e o nível do investimento, porque "se o crescimento do poder de monopólio (sic) levar a um aumento das margens de lucro bruto na indústria como um todo, isso reduzirá o grau de utilização, e dessa forma desestimulará o investimento"¹¹. A contradição sobre a qual assenta essa emergência das formas oligopolísticas deve ser entendida como negação dialética da estrutura concorrencial, que não a suprime em termos absolutos, mas que a estabelece como objeto teórico distinto do resultado de seu desenvolvimento histórico¹², a estrutura oligopolista. Ao nível desta, as pressões competitivas resultam essencialmente nos efeitos já assinalados na última citação de Steindl (aumento das margens de lucro bruto - bem como sua rigidez à baixa -, diminuição da utilização e do investimento), que constituem o núcleo de sua macrodinâmica; porém, outros efeitos podem decorrer das pressões competitivas sobre as decisões de investir, de tal mo

do que "se a transição de uma indústria da forma concorrencial para a monopolista (sic) provocar maior temor em relação à capacidade excedente, o investimento será reduzido, mesmo sem nenhum declínio real na utilização"¹³. Vale dizer, em Steindl as decisões de investir são decisões sob incerteza, mesmo em estruturas de mercado fortemente concentradas, que se definem no contexto de "um tipo de 'processo cumulativo' devido à interação do investimento e do grau de utilização"¹⁴ tendencialmente estagnacionista, pois "qualquer redução na taxa de crescimento do capital fará declinar o grau de utilização e isso diminuirá ainda mais a taxa de crescimento do capital"¹⁵

Até aqui viemos considerando o caráter "endógeno" do investimento em Steindl do ponto de vista mais geral de que seus determinantes essenciais provêm de estruturas de mercado cuja lógica organiza o sistema econômico como um todo. No entanto, para Steindl o atributo de endogeneidade de sua teoria do investimento decorre principalmente do fato de ela não fazer "nenhuma menção às inovações técnicas"¹⁶; redicalmente consideradas, "as inovações (...) afetam apenas a forma que o investimento líquido toma, (e) são aplicadas (...) simplesmente por que existe, habitualmente, um estoque de inovações e idéias esperando para serem aplicadas. As inovações tecnológicas acompanham o processo de investimento como uma sombra, não agindo sobre ele como uma força impulsionadora"¹⁷. Discordando explicitamente de Keynes e de Kalecki, ele nega que o progresso técnico sob a forma de inovações ofereça algum estímulo importante ao investimento, argumentando adicionalmente que qualquer teoria que considerasse as inovações como parte dos determinantes do investimento estaria tomando como variável algo que na verdade seria um dado externo ao modelo¹⁸; a vantagem de sua teoria "endógena" residiria em que, através dela seria possível "explicar a mudança duradoura no nível das atividades ligadas ao investimento sem depender do deus ex machina das inovações"¹⁹. Sua argumentação é pouco analítica, gira em torno de um princípio de validade genérica - o de não se tomar o (presumido) dado exógeno como variável explicativa - e não explica de forma convincente a negativa que desenvolve, i.é., não explica em momento algum porque a inovação não ofereceria nenhum estímulo ao investimento. Tendo identificado o que entendeu ser um procedimento inadequado da teoria - a incorporação da inovação como dado exógeno aos determinantes do investimento - Steindl não considerou a possibilidade de incorporá-la a esses determinantes sob uma outra matriz teórica, negando assim a inovação e o progresso tecnológico como objetos de qualquer teoria do investimento. Procedimento que consti

tui-se na inadequação maior da sua elaboração teórica, e que é surpreendente para quem reconhece que "o progresso tecnológico exerce sem dúvida efeito direto sobre o custo, com inúmeras consequências"²⁰. E, embora Steindl imediatamente advirta que tal efeito "é distinto do seu suposto efeito sobre o investimento"²¹ - sem esclarecer em que se constituiriam esses dois efeitos - o essencial a reter é que a sua teoria do investimento, desenvolvendo-se centralmente sobre fatores como a acumulação interna, grau de utilização da capacidade, margens de lucro e níveis de endividamento das firmas, sustenta-se em última instância sobre o tipo de interação competitiva entre estas. Os distintos padrões de concorrência - que circunscrevem os padrões de comportamento do investimento nas diferentes estruturas de mercado - são estabelecidos sobre as formas pelas quais se manifestam as pressões competitivas a partir do comportamento dos diferenciais de custo entre as firmas: a teoria do investimento em Steindl é insubsistente sem o conceito de diferencial de custo. Assim também os conceitos de firmas progressistas e marginais, de concentração relativa e absoluta, de lucro diferencial, de vantagens competitivas, etc.. Nas palavras de Steindl mesmo "a existência de consideráveis diferenciais de custo é de crucial importância para a análise teórica da formação de preços"²² - e, poderia ter acrescentando, para a análise das margens de lucro, das barreiras à entrada, do grau de utilização, e da relação entre tamanho da firma, produtividade e vantagens competitivas. Neste sentido, o importante é saber "se as plantas maiores em termos de capital possuem, em média, maior produção por operário, (pois) desse modo, se o maior capital empregado por planta significar maior produtividade, a consequência (...) é que o comando de grandes somas de capital garante vantagens competitivas que não se oferecem aos que não comandam tal volume de capital. A relação relevante, portanto, é aquela existente entre produtividade e capital por planta"²³. Por isso tudo é fundamental considerar o impacto qualitativo do investimento sobre a capacidade competitiva das firmas e sobre as decisões de investir através da inovação, e a possibilidade de tomá-la como motivação endógena ao investimento. Até porque, se isso não for feito, a própria noção de "firma progressista" acabará por ocupar o papel de "deus ex machina" na teoria de Steindl; afinal, como ele, "sabemos que, na maioria das indústrias, a produtividade tem crescido continuamente, que os custos foram reduzidos graças a inovações técnicas, etc. Sabemos, também, que algumas firmas têm se destacado nesse processo. Daqui para a frente, nos referiremos a essas firmas pioneiras em novos métodos como 'firmas progressistas'. Não

são, necessariamente, as maiores firmas, e é possível que seus métodos possam ser imitados mais tarde por outras; mas é essencial que nem todas as firmas sejam capazes de adotar esses métodos. Sabemos, por fim, que em grande parte os preços foram adaptados aos custos"²⁴. Muito bem, as inovações procedidas pelas firmas progressistas são tomadas como dadas, e conhecidos seus efeitos. Resta, porém, irrespondida a questão sobre o que motiva estas firmas a inovar. Como a inovação (quer no produto, quer na produção) só se materializa via investimento, é forçoso reconhecer que os estímulos à inovação alinham-se necessariamente entre os determinantes do investimento. Por que Steindl "não viu" isto em 1952? Encontra-se uma resposta - ainda que parcial - a esta indagação ao longo da Introdução (1973) à reedição do "Maturidade e Estagnação" que contribui também para o entendimento do caráter estagnacionista de sua macrodinâmica. "Neste livro (Cap. X) nego que as inovações estimulem o investimento (...) Eis aí meu erro: essas novidades (por exemplo, novos produtos) que de alguma forma atraem a atenção dos homens de empresa são na verdade escassas e o seu aparecimento constitui um poderoso estímulo ao investimento (...) Minha análise teórica pretendia explicar, em primeiro lugar, por que a taxa de crescimento do capital privado começou a declinar (queda primária); em segundo lugar, por que esse declínio continuou (...) Para explicar o declínio primário estou pronto a admitir, hoje, uma possibilidade que neguei em meu livro: que ele seria o resultado do esgotamento de uma longa onda tecnológica que teve início com a Revolução Industrial e atingiu o seu eclipse com a maturidade da era da ferrovia (...) Esse tipo de desenvolvimento tecnológico deveria ser, de preferência, integrado em nossos conceitos econômicos. Mas os economistas não possuem conceitos nem medidas para o desenvolvimento tecnológico. Somos impotentes diante dele. Foi portanto com uma espécie de movimento instintivo que eu varri tudo isso para debaixo do tapete. Hoje posso dizer apenas que, embora as inovações dêem origem a uma tendência geral (Kalecki), a simples referência ao desenvolvimento tecnológico, por si só, não oferece uma explicação satisfatória para o declínio secular da acumulação. O que tentei fazer foi examinar todos os demais fatores em primeiro lugar"²⁵.

Estas considerações a respeito do significado do caráter "endógeno" da teoria do investimento em Steindl conduzem à percepção de que seu referencial teórico ainda está excessivamente preso à lógica mais restrita das estruturas de mercado face aos outros elementos que organizam as decisões de investir no âmbito mais geral da lógica da acumulação. Ainda que o mercado seja a principal instância da concor

rência, se não se leva devidamente em conta a lógica abstrata da valorização do capital, a estrutura do mercado acaba sendo tomada como dada, de um ou de outro modo (p. ex., através da noção de estrutura "má dura"). Dito de outro modo, a lógica de valorização do capital é capaz de alterar a estrutura dos mercados através da concorrência entre as diferentes unidades de capital que constituem as firmas. Assim, o privilégio do papel das pressões competitivas na análise das decisões de investir (que em Steindl articula os planos micro e macroeconômicos através da articulação entre a acumulação interna das firmas e a acumulação na economia como um todo) pode ser levado adiante, em direção a um conceito mais abrangente de concorrência, capaz de abarcar dinamicamente as formas de que ela se reveste, através das modificações nas estruturas de mercado e de distribuição de renda, e a partir de seu vetor essencial, a inovação (tecnológica, administrativa, comercial e financeira).

NOTAS

1. Steindl (1983), pp. 61-62, 72-73, 134-152.
2. Idem. pp. 61-62 e 73-74.
3. Idem, pp. 62 e 144-146.
4. Sobre o conceito de "estrutura de mercado" ver Possas (1984), pp. 175-176.
5. As margens de lucro são aqui entendidas como "expressão sintética das condições de concorrência e de seu potencial de transformação da estrutura do mercado", não mais sujeitas a quaisquer postulados de equilíbrio. Ver Possas, op. cit., p. 172.
6. Steindl, op. cit., pp. 25-26. Grito do autor.
7. Sobre a noção de "mecanismos de determinação e causalidade", ver Possas, op. cit., p. 173, onde a expressão é empregada em sentido diferente, num contexto diverso.
8. Possas, op. cit., p. 174.
9. Steindl, op. cit., p. 146.
10. Sobre as relações entre as pressões competitivas e os processos de concentração relativa e absoluta, ver especialmente o Cap. V, pp. 62-65 e 69-73, em Steindl, op. cit.
11. Steindl, op. cit., p. 151.
12. Como assinala Marx numa passagem dos Grundrisse, "seria impraticável e errôneo classificar as categorias econômicas pela ordem em que foram historicamente determinantes. Sua ordem é, ao contrário, determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade

de burguesa, precisamente contrária ao que parece ser a sua ordem natural, ou ao que corresponde à sua ordem de sucessão no decurso do desenvolvimento histórico. Não se trata da posição que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem de sucessão 'na idéia' (Proudhon; uma representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se de sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa".

Ver Marx (1971), pp. 28-29.

13. Steindl, op. cit., p. 151. Grifos do autor.
14. Idem, p. 154.
15. Idem, p. 156.
16. Idem, p. 151. principalmente, mas não exclusivamente: ver à p. 152 os "fatores econômicos" que estimulam o investimento líquido.
17. Idem, p. 152. Grifo do autor.
18. Ver Steindl. op. cit., pp. 151-152.
19. Steindl, op. cit., p. 153.
20. Idem, p. 152.
21. Idem, ibidem.
22. Idem, p. 33.
23. Idem, p. 37.
24. Idem, p. 65.
25. Idem, pp. 5, 6, 8 e 9.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARX, Karl. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política. SIGLO XXI, Bs. As., 1971. Vol. I.
- POSSAS, Mário Luiz. Estrutura de Mercado em Oligopólio. Hucitec, São Paulo, 1984.
- STEINDL, Josef. maturidade e Estagnação no capitalismo Americano. Abril. São Paulo, 1983.